

Recebido em: 17/05/10

Aprovado em: 22/08/10

Teoria crítica e teorias organizacionais: uma relação possível?

Susana Iglesias Webering (UFRRJ-RJ/Brasil) - susana.iglesias@bol.com.br
• Av. Governador Roberto Silveira, s/n, CEP 26020-740, Nova Iguaçu-RJ

Resumo

Este artigo é resultado da revisão bibliográfica desenvolvida para uma pesquisa de doutorado. Uma vez que desenvolve uma abordagem crítica, fez-se necessário um aprofundamento da epistemologia crítica referente à Escola de Frankfurt. Para isto, é desenvolvida uma análise da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt por meio de: um histórico do Instituto de Pesquisa Social da Escola de Frankfurt, como se desenvolveu o pensamento dos pesquisadores que passaram por ele e as características da Teoria Crítica. Posteriormente é feita a contextualização das teorias organizacionais e como a Teoria Crítica se insere nesses estudos. Conclui-se com o reconhecimento da importância dessa epistemologia e os cuidados que devemos ter ao utilizá-la devido às suas especificidades.

Palavras-chave: Teoria Crítica; Teorias Organizacionais; Escola de Frankfurt.

Abstract

This paper is a result of a bibliographic review in the context of a doctorate research. Once the research develops a critical approach, it was necessary go deeper on critical epistemology of the Frankfurt School. For this, an analysis of the Critical Theory of the Frankfurt School is developed through: a report of the Institute of Social Research of the Frankfurt School, on how the researchers' thought was developed and the characteristics of the Critical Theory. After this, is explained the background of the organizational theories and how Critical Theory appears in those studies. In conclusion, is recognized the importance of critical epistemology and how carefully we should be when using this epistemology for its specificity.

Keywords: Critical Theory; Organizational Theories; Frankfurt School.

1. INTRODUÇÃO

Este ensaio é resultado da revisão bibliográfica de uma pesquisa de doutorado. A forma como foi desenvolvido é decorrente da necessidade de registrar alguns aspectos que foram discutidos no decorrer das disciplinas (cursadas na instituição de origem e externamente), da leitura das bibliografias indicadas, além de outras mais pesquisadas, em função do interesse pelo tema e sua pertinência para a pesquisa. Não pretende nem poderia, esgotar o tema neste momento inicial da pesquisa. Tem como objetivo registrar as primeiras informações sobre a Escola de Frankfurt, especificamente a contribuição da primeira geração, reconhecendo sua importância para a Teoria Crítica nos Estudos Organizacionais.

Para isto, é desenvolvida uma retrospectiva histórica da Escola de Frankfurt, como se desenvolveu o pensamento dos pesquisadores que passaram por ela (fundamentalmente da primeira geração) e as características do que é considerado Teoria Crítica. Posteriormente, as teorias organizacionais são contextualizadas e de que forma a Teoria Crítica vem se inserindo nos estudos organizacionais.

2. RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA ESCOLA DE FRANKFURT

Antes de iniciarmos, é importante contextualizar o momento em que foi criado o Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt, pois alguns acontecimentos influenciaram na sua criação e mesmo seu perfil inicial. Foram os seguintes fatos:

a derrota dos movimentos proletários de esquerda na Europa Ocidental, após a Primeira Guerra Mundial, o colapso dos partidos de massa de esquerda na Alemanha, que se transformaram em movimentos ou reformistas dominados por Moscou, a degeneração da Revolução Russa, com o Stalinismo e a ascensão do fascismo e do nazismo (BOTTMORE, 2001, p. 127).

Esses acontecimentos geraram expectativas sobre os que se inspiravam no marxismo e sobre o futuro do socialismo, como possibilidade histórica.

Um movimento para a criação de um instituto que estudasse o marxismo “puro”, começou no verão de 1922, na Alemanha, sob a liderança de Félix Weil, com a realização da *Erste Marxistische Arbeitswoche* (Primeira Semana de Trabalho Marxista), realizada em Ilmenau (Turíngia), que teve a participação de vários intelectuais, entre eles, Friedrich Pollock, György Lukács, Karl Korsch e Richard Sorge (TENORIO, 2000, p. 24).

Professores da Universidade de Frankfurt estimularam a fundação de um instituto, que tivesse autonomia intelectual e financeira, mas associado à Universidade de Frankfurt. Após discussões sobre o nome, decidiu-se por *Institut für Sozialforschung* (Instituto de Pesquisa Social). Os primeiros membros foram Friedrich Pollock, Carl August Wittfogel, Richard Sorge, Henryk Grossmann e Max Horkheimer, tendo se incorporado no final dos anos de 1930 Erich Fromm, Franz Neumann, Herbert Marcuse, Leo Löwenthal, Otto Kirchheimer e Theodor Wiesengrand-Adorno (TENORIO, 2000, p. 25).

O primeiro diretor do Instituto, tendo ficado pouquíssimo tempo no cargo, pois veio a falecer jovem, foi substituído, ainda em 1922, por Carl Grümberg.

O Instituto foi oficialmente criado em fevereiro de 1923, pelo Ministério da Educação através de convênio com a Universidade de Frankfurt e a *Gesellschaft für Sozialforschung* (Sociedade de Pesquisa Social) (TENORIO, 2000, p. 25).

Um dos principais benfeitores do Instituto foi o comerciante alemão Hermman Weil, pai de Félix Weil. Ele e outras fontes garantiram a independência financeira do Instituto, nessa sua primeira fase, na Alemanha (TENORIO, 2000, p. 25).

Em 1929, Max Horkheimer assumiu a direção no lugar de Grümberg, sendo sua posse formalizada somente em 1931. Foi Horkheimer quem suspendeu a publicação dos Grümbergs Archiv, cujo nome original era *Archiv für die Geschichte des Sozialismus und der Arbeiterbewegung* (Arquivo para a História do Socialismo e o Movimento Operário). Grümberg, marxista declarado, era responsável pelas publicações. Enquanto diretor, esse era o meio de divulgação do Instituto de Pesquisa Social. O motivo do encerramento era a relação de Grümberg com o marxismo austríaco. Com isso, foi criada a revista *Zeitschrift für Sozialforschung* (Revista de Pesquisa Social), com o intuito de divulgar o pensamento do Instituto (TENORIO, 2000, p.26).

Em 1931, o Instituto ganhou sua primeira filial, em Genebra, que foi dirigida por Pollock até sua ida para o exílio, em Nova York. Filiais também, existiram em Paris, até a invasão nazista em 1940 e em Londres, até 1936.

Com a ascensão do nazismo, no início de 1933, o Instituto passou a sofrer pressão, pois tratava-se de um Instituto de esquerda, cuja grande parte de seus membros era de ascendência judia. Nessa época, o centro administrativo do Instituto foi transferido para a filial de Genebra e teve seu nome alterado para *Societé Internationale de Recherche Sociales*. Horkheimer foi demitido da Universidade e a revista *Zeitschrift*, pela primeira vez, publicada fora da Alemanha, em Paris, em setembro de 1933, ainda em alemão, onde continuou sendo editada até a invasão alemã. Em 1939, foi publicada em inglês, em Nova York, sob o título *Studies in Philosophy and Social Science* (TENORIO, 2000, p. 26).

Por meio de relações que o Instituto mantinha com intelectuais americanos da Universidade de Columbia, recebeu o convite para se instalar em Nova York. Portanto, os membros do Instituto exilaram para os Estados Unidos, mas lá, a situação financeira foi diferente, devido a diversos fatores, entre eles, as bolsas para exilados. A revista *Zeitschrift* deixou de ser publicada, de 1941 até o fim da guerra (TENORIO, 2000, p. 26-27).

Terminada a guerra, em 1946 são estabelecidos os primeiros contatos sobre o retorno para a Alemanha. Em 1950, o Instituto volta a funcionar no seu antigo prédio, tendo adquirido uma nova sede, mais próxima à Universidade, em 1951(TENORIO, 2000, p.27).

Marcuse ficou nos Estados Unidos, onde continuou desenvolvendo seu trabalho acadêmico nas universidades de Brandeis e da Califórnia; faleceu em 1979. Adorno, substituiu Horkheimer na direção do Instituto, quando este se aposentou; faleceu em 1969 e Horkheimer, em 1973¹. Com a morte deles, o Instituto perdeu muito de suas características, pois foi esse primeiro grupo, que ficou conhecido como a primeira geração da Escola de Frankfurt, que desenvolveu a Teoria Crítica (TENORIO, 2000, p. 28).

1 Complemento dos dados biográficos adquiridos em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Horkheimer> ; http://pt.wikipedia.org/wiki/Theodor_Adorno ; <http://pt.wikipedia.org/wiki/Marcuse> .

De acordo com Bottomore² (1989 *apud* TENÓRIO, 2000, p. 28), podemos reconhecer na história do Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt, quatro períodos: o primeiro, desde sua criação, em 1923 até a saída de Grümberg, em 1929; o segundo, com as transformações ocorridas no perfil do Instituto, sob a direção de Horkheimer, compreende também, o período de exílio nos Estados Unidos; o terceiro, do retorno à Alemanha influenciando o pensamento social alemão e a “nova esquerda” americana; finalmente, o quarto período, do início da década de 1970 até os dias de hoje.

Quando falamos da Escola de Frankfurt, é importante também, discernir as gerações que a constituíram, pois elas caracterizam as diferentes fases do pensamento do Instituto. São considerados os pensadores da primeira geração: Pollock, Bloch, Adorno, Horkheimer, Benjamin, Marcuse, Fromm, entre outros. São temas centrais na primeira geração: a análise da dominação e a emancipação, a indústria cultural, a crítica à teoria tradicional e o desenvolvimento de uma Teoria Crítica, a dialética do esclarecimento e a dialética negativa³. A Teoria Crítica da primeira geração teve dois desdobramentos, representados pelos trabalhos desenvolvidos pela segunda e terceira gerações. A segunda geração é representada por Habermas, que tem uma fase de trabalhos vinculados à primeira geração, desenvolvendo posteriormente, a ação comunicativa, quando se afasta do marxismo. A terceira geração, a atual, é representada por Axel Honneth, que estuda a luta pelo reconhecimento na perspectiva crítica hegeliana e retoma de forma crítica as análises de gerações anteriores (FARIA, 2009a, 2009b).

3. CONSTITUIÇÃO DO PENSAMENTO

Quanto às referências, os autores que viriam a desenvolver a Teoria Crítica, foram influenciados pela filosofia alemã, que os antecedeu. Considera-se a primeira fase da filosofia alemã o idealismo alemão clássico (que se estendeu do séc. XVIII até 1860), tendo Kant, Fichte, Schelling, Hegel e Schopenhauer como representantes. A segunda fase, do materialismo dialético de Karl Marx e Friedrich Engels (cujos principais trabalhos datam de 1850 a 1880). E, finalmente, a terceira fase, ocupada por Nietzsche, que viria a influenciar, além dos frankfurtianos também, os pós-modernistas ou, como Paes de Paula (2008) prefere chamá-los, pós-estruturalistas.

Karl Korsch, Georg Lukács e Ernst Bloch são considerados precursores da Teoria Crítica. São considerados também, marxistas ocidentais, pois se opunham à análise ortodoxa da obra de Marx, enfatizavam o método dialético e a tradição idealista do marxismo. É de Karl Korsch, o livro *Marxismo e Filosofia*, publicado em 1923 – ano de criação do Instituto –, que contribuiu para a Teoria Crítica, com sua crítica em relação ao positivismo e à ideologia, por considerá-la “falsa consciência”; para ele, esta é, na verdade, um instrumento de dominação na mão de poderosos. A ideologia seria um momento da luta, em que os homens se opõem à ideologia dominante, por meio de outro sistema ideológico existente, com o intuito de torná-lo realidade. De Georg Lukács é *História e Consciência de Classe*, também de 1923, no qual desenvolveu uma interpretação de conceitos marxistas – como alienação e

2 BOTTOMORE, T. *The Frankfurt School*. London, Routledge, 1989.

3 Informações verbais: José Henrique de Faria, seminário em 14/10/2009, COPPE/ UFRJ; Fernando Tenório, em disciplina Teoria Crítica e Teorias Organizacionais, Doutorado em Administração, EBAPE, FGV.

reificação – que viriam a influenciar os frankfurtianos. De acordo com sua visão, “o marxismo deveria ser interpretado como uma teoria da *práxis*, pela qual os homens superem a reificação e a alienação, afirmando-se como sujeitos e não se deixando transformar em objetos” (PAES DE PAULA, 2008, p. 5). Ernst Bloch também, teve papel importante sobre a Teoria Crítica, em virtude, principalmente, de sua defesa da utopia e crítica da ideologia; para ele, há um conjunto de possibilidades não realizadas; a espera de apropriação autoconsciente (PAES DE PAULA, 2008).

Como já vimos, Karl Korsch e Ernst Bloch estavam entre os idealizadores do Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt, que, a princípio, teve uma vocação de documentação, através do acompanhamento das mudanças do sistema capitalista e do próprio socialismo real na época, seguindo a tradição marxista de análise da relação capital-trabalho e da luta operária (PAES DE PAULA, 2008).

A primeira fase do Instituto teve, portanto, um perfil bem próximo do marxismo ortodoxo, o que fez com que os alunos o apelidassem de “Café Marx”. Alguns de seus membros chegavam até mesmo a acreditar na possibilidade real do socialismo, em alguns países da Europa Ocidental (TENORIO, 2000).

Essa perspectiva começou a mudar, principalmente, a partir da liderança de Horkheimer na direção do Instituto (que seria o segundo período). A partir dessa época, os Frankfurtianos passam a ver o marxismo de forma flexível e crítica, não como doutrina. Seriam também, profundamente influenciados por Hegel e Kant, mas também acrescentaram um diálogo com diversos pensadores e tradições filosóficas, entre eles, Schopenhauer, Nietzsche, Weber e Husserl (TENORIO, 2000; PAES DE PAULA, 2008, 2009).

O distanciamento do marxismo ortodoxo pode ser percebido logo nos primeiros números da *Zeitschrift*, por exemplo, em um ensaio de Horkheimer, em que ele relaciona história e psicologia, ou em um artigo de Erich Fromm, que integra psicanálise e marxismo (TENORIO, 2000)

Outro fato importante foi a entrada, em 1933, de Herbert Marcuse para o Instituto. Ele veio juntar-se aos que acreditavam numa perspectiva mais dialética do que mecanicista do marxismo. Ele, Horkheimer e Adorno são normalmente citados como os principais expoentes da primeira geração da Escola de Frankfurt (ALVESSON e DEETZ, 1999; PAES DE PAULA, 2009).

Com a Segunda-Guerra, veio a experiência do exílio nos Estados Unidos. Todos esses fatores ajudaram a desenvolver um caráter mais interdisciplinar, em suas atividades de ensino e pesquisa, mas ainda sob influência do marxismo – na verdade, revitalizado –, característica que convencionou chamá-los de marxistas ocidentais (TENORIO, 2000; PAES DE PAULA, 2009).

O marxismo ocidental, do qual a Escola de Frankfurt faz parte, evita a discussão sobre as tradições clássicas ortodoxas do materialismo histórico, como o exame do funcionamento do capitalismo como um modo de produção, a análise da máquina política do Estado burguês e a estratégia da luta de classes necessária para derrubá-lo. Assim, entre as características do marxismo ocidental, está o deslocamento do eixo teórico da economia e da política para a filosofia, que foi desencadeado pela descoberta dos “Manuscritos Econômico-Filosóficos”, elaborados por Marx, em sua juventude e publicados em Moscou, em 1932 (ANDERSON⁴, 1999 *apud* PAES DE PAULA, 2009).

4 ANDERSON, P. As origens da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

Na volta do exílio (que seria o terceiro período), eles tiveram a oportunidade de divulgar suas idéias – ou, melhor dizendo, a Teoria Crítica – para um grupo mais amplo. As mudanças renderam um novo apelido ao Instituto; os estudantes passaram a chamá-lo “café MaX”, em homenagem a Max Horkheimer e ao pensamento próprio do Instituto (TENORIO, 2000). No pós-guerra, o grupo é marcadamente pessimista: é de 1947 a *Dialética do Esclarecimento* de Horkheimer e Adorno e de 1955, o *Eclipse da Razão*, de Horkheimer.

Tenório (2000) ressalta, ainda, mais um fator que teria garantido a institucionalidade da escola de Frankfurt: as publicações, em alemão, mesmo enquanto a *Zeitschrift* era editada fora da Alemanha. O que permitiu essa liberdade foi a autonomia financeira do Instituto, que mesmo enquanto manteve suas atividades fora da Alemanha, continuou apoiando seus membros.

Embora a opção pelo alemão possa ter afetado a compreensão de sua obra, essa escolha teria sido fundamental para que o grupo mantivesse sua identidade e percepção quanto ao marxismo ortodoxo e valores culturais, aspectos que marcariam sua crítica, em relação aos fenômenos sociais que analisaram. Portanto, ainda que o Instituto estivesse ligado à Universidade de Frankfurt, outras críticas à modernidade tenham se desenvolvido e seus pensadores tenham estabelecido interações com outros países e intelectuais, eles conseguiram manter a autonomia de seu pensamento e, hoje, quando falamos em Teoria Crítica, a referência é a Escola de Frankfurt.

Quanto à revisão que fizeram do marxismo, destacam-se duas características. Primeiro, a concepção de lutas de classes: para os frankfurtianos, o motor da história é o conflito entre o homem e a natureza, tanto interior quanto exterior e não a luta de classes. Segundo, Marx considerava o trabalho um modo de auto-realização do homem. Os teóricos da Escola de Frankfurt não vêem o homem apenas como um animal *laborans*; para Horkheimer, essa visão converte os socialistas em portadores da mesma propaganda capitalista (TENORIO, 2000). Ou seja, para esses teóricos, as bases da crítica foram alteradas. Marcuse (1979) analisa que a base sobre a qual se desenvolveu a crítica da sociedade industrial, na primeira metade do século XIX, é a mediação histórica da consciência de classes, que se defrontavam na sociedade: burguesia e proletariado. Essas continuam sendo as classes básicas do mundo capitalista, mas o desenvolvimento capitalista alterou suas estruturas e funções, de modo que elas não parecem mais agentes de transformação histórica, em muitos setores, inclusive encontram-se colaborando na manutenção do *status quo* institucional. Com a integração da sociedade industrial, essas categorias perderam sua conotação crítica.

Para os teóricos da Escola Frankfurt, não há a ideia de um grupo dominante responsável pela operação da ideologia (PAES DE PAULA, 2009). Marcuse (1979), em seu livro *Ideologia da Sociedade Industrial: o homem unidimensional*, de 1964, mostrou como essa ideologia se torna dominante, através de diversos mecanismos desenvolvidos na sociedade (mídia, literatura, práticas organizacionais) e no pensamento (através das Ciências). Ele próprio reconheceu que a crítica, por essas especificidades, empreende alto nível de abstração, portanto, convergindo para mais essa característica dos frankfurtianos, de exporem a ideologia dominante “como um alvo sem substância” (EAGLETON⁵, 1997 *apud* PAES DE PAULA, 2009).

5 EAGLETON, T. *Ideologia*. São Paulo: Editora UNESP, Editora Boitempo, 1997.

4. TEORIA CRÍTICA

Embora se considere que o fundador da teoria crítica seja Karl Marx, a expressão Teoria Crítica é associada à Escola de Frankfurt, ou seja, à interpretação de Marx feita, principalmente, por Horkheimer (filósofo, sociólogo e psicólogo social), Adorno (filósofo, sociólogo e musicólogo) e Marcuse (filósofo).

O desenvolvimento da expressão Teoria Crítica, portanto, está associada à primeira geração do Instituto de Pesquisa Social, embora também, apareça vinculada à reformulação da noção de Teoria Crítica de Jürgen Habermas (BOTTOMORE, 2001).

O marco dessa expressão é considerado o ensaio de Horkheimer, publicado em 1937: A Teoria Crítica e a Teoria Tradicional. No ensaio, o autor discute o conflito entre o positivismo e a dialética, contrapondo a filosofia de Descartes (teoria tradicional) ao pensamento de Marx (teoria crítica); o objetivo é a denúncia do caráter conservador do primeiro e o caráter emancipatório e humanístico do segundo. Outros frankfurtianos também adotariam a expressão (PAES DE PAULA, 2008).

A teoria tradicional preocupa-se em estabelecer princípios gerais, enfatiza o empirismo e a verificação, portanto, enfatiza o conhecimento puro e não a ação (TENÓRIO, 2000).

Os frankfurtianos tentaram integrar a razão prática e a razão teórica; para eles, conhecimento e interesses são inseparáveis. Manter as diferenças existentes na sociedade, que os mecanismos da teoria tradicional perpetuam, é ser conivente com esse tipo de conhecimento e alheio à realidade. Assim, a tarefa do teórico crítico é identificar as contradições sociais, fazendo uma análise que estimule a mudança (TENÓRIO, 2000).

De acordo com Geuss⁶ (1988 *apud* TENÓRIO, 2000) são três teses principais que distinguem a Teoria Crítica da teoria tradicional: primeiro, as teorias críticas são guias para a ação humana; segundo, têm conteúdo cognitivo, ou seja, são formas de conhecimento; terceiro, as teorias críticas diferem, de maneira essencial, epistemologicamente das teorias em ciências naturais; as teorias críticas são reflexivas.

Para entender as bases da Teoria Crítica, é necessário perceber algumas categorias gerais que a caracterizam, que norteiam e fundamentam sua análise (FARIA, 2007b):

- a) as contradições: os fatos se transformam. Na sociedade, as contradições se apresentam com o passar do tempo, a própria história se encarrega de questionar a realidade, conforme as condições materiais de existência possibilitam.
- b) a ideologia dominante: “a ideologia torna parcial a consciência dos indivíduos em relação ao todo social” (FARIA, 2007b, p.6). Esses teóricos expõem que a maneira como a realidade se apresenta, impede o indivíduo de ter consciência de sua própria história.
- c) as racionalidades dominantes: são capazes de justificar o injustificável, legitimam os interesses e valores de grupos específicos. Práticas exploradoras, opressivas e preconceituosas são desenvolvidas livremente. A base é a racionalidade instrumental.

6 GEUSS, R. Teoria Crítica: Habermas e a Escola de Frankfurt. Campinas: Papirus, 1988.

- d) o contexto social histórico: não é possível entender um fato social, sem compreender sua trajetória histórica.
- e) a emancipação: compreende a busca da autonomia do indivíduo e da sociedade. Supera a alienação, a reificação, a opressão. Para que tal fato aconteça, é necessário o esclarecimento de que Adorno e Horkheimer falaram. A razão é o veículo para o esclarecimento e a ruptura com o conhecimento dominante.
- f) conscientização individual e coletiva: o limite para compreender a realidade está relacionado à incapacidade do indivíduo ou da coletividade em conhecer a si mesmo. Marcuse (1979) descreveu como a sociedade industrial gerou um homem unidimensional, inconsciente de si, supérfluo em suas relações e consumo. Fromm (2000) descreveu como o desenvolvimento do capitalismo, nas sociedades ocidentais, gerou um indivíduo que não se ama e que, conseqüentemente, é incapaz de amar as outras pessoas. A racionalização dominou até mesmo as relações humanas: o individualismo e egoísmo são catastroficamente confundidos com liberdade ou autonomia.

A preocupação principal dos frankfurtianos é analisar os mecanismos de dominação na sociedade. Sobre esta sociedade, vejamos, por exemplo, o parecer de Marcuse:

as aptidões (intelectuais e materiais) da sociedade contemporânea são incomensuravelmente maiores do que nunca antes – o que significa que o alcance da dominação da sociedade sobre o indivíduo é incomensuravelmente maior do que nunca antes. A nossa sociedade se distingue por conquistar as forças sociais centrífugas mais pela Tecnologia do que pelo Terror, com dúplice base numa eficiência esmagadora e num padrão de vida crescente (MARCUSE, 1979, p. 14).

Sobre a teoria crítica, segue o autor:

a investigação das raízes de tais fatos e o exame de suas alternativas históricas são parte do objetivo de uma teoria crítica da sociedade contemporânea, uma teoria que analisa a sociedade à luz de suas aptidões utilizadas e não-utilizadas ou maltratadas para aprimorar a condição humana (MARCUSE, 1979, p.14).

Segundo Marcuse, para que qualquer Teoria Crítica se desenvolva, é necessário defrontar-se com uma análise que implica julgamento de valores. Seja porque se desenvolve uma percepção de que a vida humana “pode ser ou deve ser tornada digna de se viver”, esse deveria ser o julgamento que alicerça qualquer trabalho intelectual e deveria ser também, “apriorístico” para a teoria social. Seja porque se reconhece que em dada sociedade existem possibilidades de melhorar a vida humana; e estas devem ser buscadas por uma Teoria Crítica que deve demonstrar a validade objetiva desses julgamentos, devendo demonstrá-los em base empíricas. A análise de valores seria então indissociável da crítica. A sociedade dispõe de recursos materiais e intelectuais que poderiam ser utilizados para minimizar a miséria (MARCUSE, 1979, p. 14-15).

A teoria social é teoria histórica, e história é a esfera da possibilidade na esfera da necessidade. Portanto, dentre as várias maneiras possíveis e reais de organizar e utilizar os recursos disponíveis, quais oferecem a possibilidade de ótimo desenvolvimento (MARCUSE, 1979, p. 15)?

Para dar prosseguimento a esse tipo de análise, o autor indica que é necessário abstrair-se da ordem dada. É necessário negar o universo de fatos dados (ou seja, a realidade) como ordem final. Durante toda a sua obra, usa o termo transcendência para caracterizar esse caráter da teoria social. Ela se opõe à metafísica, em virtude do caráter histórico de análise que utiliza. Portanto, as possibilidades têm que estar ao alcance da sociedade.

A teoria social se interessa pelas alternativas históricas que assombram a sociedade estabelecida como tendências e forças subversivas. Os valores ligados às alternativas se tornam fatos, quando transformados em realidade pela prática histórica. Os conceitos teóricos terminam com a transformação social (MARCUSE, 1979, p.15).

Vimos, portanto, o que compreende a Teoria Crítica e a maneira como ela está atrelada à Escola de Frankfurt. Passemos às Teorias Organizacionais.

5. CONTEXTUALIZANDO AS TEORIAS ORGANIZACIONAIS

As primeiras teorias organizacionais surgem em um determinado período histórico. Especificamente, com a contribuição da análise de Max Weber sobre a burocracia e o impacto que o desenvolvimento das organizações burocráticas viria a ter no século XX; e os estudos de Frederick Taylor, nos Estados Unidos. Desta maneira, as teorias organizacionais se desenvolvem no âmbito da organização burocrática, no capitalismo moderno, com base em uma racionalidade instrumental.

O quadro dos modelos interpretativos de Reed (1999) é uma ferramenta interessante e bastante didática, que retrata o “estado da arte” das Teorias Organizacionais, através de uma abordagem histórica dos diferentes temas que têm tratado seus contextos e metodologias. Ao invés de seguir a tendência de tentar equacionar a história da teoria organizacional de modo linear, o autor opta por enquadrá-las sob perspectivas de análise (tabela 1).

Tabela 1 – Narrativas Analíticas em Análise Organizacional

Modelo de metanarrativa interpretativa	Problemática principal	Perspectivas ilustrativas/ exemplos	Transições Contextuais
Racionalidade	Ordem	Teoria das Organizações clássica, administração científica, teoria da decisão, Taylor, Fayol, Simon	de Estado guarda-noturno a Estado industrial
Integração	Consenso	Relações Humanas, <i>neo</i> -RH, funcionalismo, teoria da contingência/sistêmica, cultura corporativa, Durkheim, Barnard, Mayo, Parsons	de capitalismo empresarial a capitalismo do bem-estar
Mercado	Liberdade	Teoria da firma, economia institucional, custos de transação, teoria da atuação, dependência de recursos, ecologia populacional, Teoria Organizacional liberal	de capitalismo gerencial a capitalismo neoliberal
Poder	Dominação	Weberianos <i>neo</i> -radicais, marxismo crítico-estrutural, processo de trabalho, teoria institucional, Weber, Marx	de coletivismo liberal a corporativismo negociado
Conhecimento	Controle	Etnométrico, símbolo/cultura organizacional, pós-estruturalista, pós-industrialista, pós-fordista/moderno, Foucault, Garfinkel, teoria do ator-rede	de industrialismo/modernidade a pós-industrialismo/pós-modernidade
Justiça	Participação	Ética de negócios, moralidade e OB, democracia industrial, teoria participativa, teoria crítica, Habermas	de democracia repressiva a democracia participativa

Fonte: REED (1999).

Tal quadro permite-nos perceber as diferentes ênfases teóricas, sob diversos pontos de vista. Depois de organizadas as teorias, sob essa classificação, através de “metanarrativas interpretativas” (de racionalidade, integração, mercado, poder, conhecimento, justiça), o autor observa que nas teorias organizacionais, temas interconectados constituem o que chamou de “espinha dorsal de análise”:

as seis estruturas narrativas podem ser interpretadas como tentativas contestadas de representação e controle de nosso entendimento, sobre a prática social estratégica institucionalizada que é a ‘organização’. Assim como o discurso da teoria política, o discurso da teoria da organização deve ser considerado como uma rede contestável e contestada de conceitos e teorias, que travam batalhas para impor certos significados, em detrimento de outros, a nosso entendimento partilhado da vida organizacional na modernidade recente (REED, 1999, p.82).

Cada uma das seis metanarrativas participa com a constituição de espaços abertos para contestação, cujos debates contemplam explicações rivais sobre quatro pontos de conflitos ou de interseções: sobre conceitos como “atuação” e “estrutura”; o debate epistemológico entre “construtivismo” e “positivismo”; o debate sobre a prioridade a ser conferida ao nível “local”, em oposição ao “global”; o debate entre o “individualismo” e o “coletivismo”, como concepções rivais. Esses aspectos constituiriam a “espinha dorsal” de temas que permitiram que essas teorias se tornassem contestáveis e fossem contestadas.

O trabalho de Reed (1999) acentua, portanto, que a teorização organizacional é historicamente contestada – notável através das diferentes narrativas e embates que protagonizaram –, tendo chegado a um novo momento histórico, em que os analistas organizacionais contemporâneos encontram-se em um contexto social sem precedentes de contestação, nos estudos organizacionais. Se os textos da década de 50 e 60, do século passado, eram otimistas, em relação ao racionalismo da disciplina e a autoconfiança intelectual de seus teóricos, os trabalhos das décadas de 80 e 90, do século passado e de início desse novo milênio, são permeados de incertezas, quanto ao mérito dos estudos organizacionais (REED, 1999).

Percebemos com essa revisão, a evolução do pensamento organizacional e sua historicidade. A problemática é que esse desenvolvimento se deu com o objetivo único de solucionar os conflitos, encampando as lutas dos trabalhadores, através do aperfeiçoamento dos mecanismos de controle e poder nas organizações, com efeitos mesmo que extrapolaram o âmbito delas (FARIA, 2007a).

Estudos sobre motivação, visão holística, comprometimento, cultura, entre outros, mostraram-se mecanismos de sofisticação do controle e de dominação dos indivíduos (FARIA, 2007a).

As teorias organizacionais desenvolveram-se sem diálogo com as teorias sociais⁷. Reed (1999) deixa claro esse fato ao pontuar como pontos de exclusão das teorias organizacionais questões, de gênero, etnicidade, tecnociência, desenvolvimento global e subdesenvolvimento. Por conta disso, os estudos organizacionais atualmente chegaram a uma bifurcação: uma tendência de retorno à ortodoxia dos estudos ou um relativismo vazio de sentidos (REED, 1999).

Esse cenário tem gerado um espaço cada vez maior para estudos críticos, no âmbito das organizações, o que tem gerado também, grande confusão, como classificar como Teoria Crítica textos que não se enquadram em seus pressupostos epistemológicos e metodológicos (FARIA, 2007b, 2009a, 2009b).

7 Fernando Tenório, em disciplina Teoria Crítica e Teorias Organizacionais, Doutorado em Administração, EBAPE, FGV.

6. A TEORIA CRÍTICA E AS TEORIAS ORGANIZACIONAIS

É importante ter consciência de que quando se fala em estudos críticos organizacionais, tem-se dado espaço às concepções pós-modernas e ao chamado *Critical Management Studies*, além dos estudos inspirados pela Teoria Crítica.

Embora tenham sido detectados equívocos no uso desses diferentes referenciais, às vezes, inclusive, através de bricolagens, também já se tem publicado trabalhos que identificam o problema e buscam esclarecer as diferenças. Essa preocupação tem sido demonstrada em trabalhos de pesquisadores, como Tenório (2009), Paes de Paula (2008; 2009) e Faria (2007b, 2009a, 2009b)⁸.

Tem-se consciência de que a Teoria Crítica e o pós-modernismo ultrapassam as fronteiras disciplinares tradicionais dos estudos sobre gestão; sua literatura é volumosa e, não raro, de difícil compreensão (PAES DE PAULA, 2008). Os dois temas são importantes recursos para o desenvolvimento dos estudos organizacionais, porém, ao se enveredar por algum desses caminhos, é importante que o pesquisador esteja atento aos aspectos epistemológicos de cada um dos referenciais.

Paes de Paula (2009) alerta para o perigo do desenvolvimento de uma nova *performance*, em vez da verdadeira *práxis* nos estudos organizacionais, através de propostas, como as que os autores Alvesson e Deetz (1999) fazem, em seu artigo do Handbook de Estudos Organizacionais. Os autores propõem uma agenda de possibilidades para os estudos organizacionais, que contempla a bricolagem das tensões existentes entre as críticas dos frankfurtianos e dos pós-modernos (ou pós-estruturalistas, conforme a autora). Esse tipo de proposta pode confluir para novas *performances* técnicas e localizadas, conforme as tendências pós-modernas.

Na verdade, ao tentarmos buscar sentido prático para a Teoria Crítica, corremos o risco de cair na armadilha de um “gerencialismo engajado”, que inclusive, vem permeando as propostas do movimento *Critical Management Studies* (PAES DE PAULA, 2009). Por mais que Deetz e Alvesson (1999) tenham buscado manter a crítica, ao não enfatizar a negação da ideologia e dar ênfase ao presente e ao pragmatismo, em uma tendência mais pós-moderna, acabam se (re)aproximando de uma visão utilitarista.

Segundo Paes de Paula (2009), de “nada” adianta a bricolagem, “pois não se chega ao âmago da questão: a crítica da ideologia é inseparável da ação política e a crença na possibilidade do sujeito autônomo é essencial para que a ação política seja possível” (PAES DE PAULA, 2009, p. 9). Como vimos, esse aspecto é marcante na Teoria Crítica frankfurtiana.

Para ajudar a discernir as diferenças e esclarecer quem esteja começando a se enveredar pelos estudos críticos nas organizações, Faria (2009a) tem uma proposta de esquematização do campo dos estudos organizacionais críticos, em quatro áreas.

A teoria crítica frankfurtiana, que se baseia nas orientações teóricas e filosóficas da Escola de Frankfurt.

8 No âmbito desse trabalho, não cabe aprofundar essa discussão.

A teoria crítica em estudos organizacionais, que se baseia no marxismo, contemplando consequentemente os estudos dos frankfurtianos, também dimensões da psicologia sócio-histórica, a psicossociologia crítica, as formas democráticas de gestão, análises sobre Estado, Poder e classes sociais.

O *Critical Management Studies* (CMS), que desenvolve estudos críticos em gestão, mas em uma perspectiva da própria gestão, cujos estudos têm como principais condutores Alvesson, Deetz e Willmott.

E, finalmente, a área da análise crítica em estudos organizacionais “que se baseia em estudos segundo novas direções” (FARIA, 2009a, p. 511), como o pós-estruturalismo de Foucault, os pós-modernistas, o simbolismo de Bourdieu, o imaginário de Castoriadis, a teoria da complexidade de Morin, Guerreiro Ramos⁹ – um fenomenólogo (FARIA, 2009b) –, entre outros. Segundo Faria, enquadram-se nessa área as análises críticas não marxistas e não frankfurtianas, que estudam as organizações do ponto de vista das relações de poder (FARIA, 2009a, p. 511).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS (OU ENCAMINHAMENTOS)

Ao término deste ensaio, o cenário a que se chega é de uma agenda vasta de estudos e leituras necessários a um aprofundamento dos teóricos críticos frankfurtianos.

Concluimos que a Teoria Crítica é um referencial importante para o pesquisador que tem uma percepção crítica sobre os estudos organizacionais. Para aqueles que concordam que as teorias organizacionais contribuem com a manutenção de um homem unidimensional (FARIA e MENECHETTI, 2007), tanto em suas versões clássicas (taylorista/fordista), quanto igualmente em suas vertentes pós-fordistas ou flexibilizadas (TENORIO, 2000).

A crítica dos frankfurtianos está na razão moderna, porém eles ainda acreditam estar na própria razão a via de emancipação, embora ela esteja distorcida, através dos mecanismos de dominação que analisam em suas obras. A teoria crítica está, portanto, atrelada a uma ruptura com essa ideologia, à construção do indivíduo e de uma sociedade emancipados.

A busca por esse referencial envolve um árduo trabalho de pesquisa, já que a preocupação com a epistemologia e a metodologia deve ser constante em qualquer trabalho científico, de modo a evitar os equívocos que já são uma característica própria dos estudos organizacionais, como tanto enfatizou Guerreiro Ramos (1983, 1989).

Muito bem, e o que fazer? A dica quem nos dá são os próprios frankfurtianos: analisar na realidade as possibilidades possíveis.

Terminamos então com um indicativo para as pesquisas sobre a autogestão, Economia Social ou Solidária. A Teoria Crítica é também um referencial fundamental para pesquisas nessas áreas ou ainda para quem relaciona os dois temas: a Teoria Crítica nos estudos organizacionais e as práticas autogestionárias. Pois a crítica nos estudos organizacionais acaba apontando, de uma forma ou de outra, para a heterogestão e o oposto desta é a autogestão.

9 Informação verbal: José Henrique de Faria, seminário em 14/10/2009, COPPE/ UFRJ.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVESSON, M.; DEETZ, S. Teoria crítica e abordagens pós-modernas para estudos organizacionais. *In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. R; CALDAS, M.; FACHIN, R.; BOTTOMORE, T. Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

_____. Fundamentos da Teoria Crítica: uma introdução. *In: Análise Crítica das Teorias e Práticas Organizacionais*. São Paulo: Atlas, 2007b, p.1-20.

_____. Teoria crítica em estudos organizacionais no Brasil: o estado da arte. *CADERNOS EBAPE. BR*, v. 7, nº. 3, artigo 8, Rio de Janeiro, Set. 2009a.

_____. Consciência Crítica com ciência idealista: paradoxo da redução sociológica na fenomenologia de Guerreiro Ramos. *CADERNOS EBAPE. BR*, v. 7, nº. 3, artigo 3, Rio de Janeiro, Set. 2009 b

FARIA, J. H.; MENECHETTI, F. K. As organizações e a sociedade unidimensional. *In: Análise Crítica das Teorias e Práticas Organizacionais*. São Paulo: Atlas, 2007, p.241-258.

FARIA, J. H. *Economia Política de Poder: uma crítica da Teoria Geral da Administração*. Vl. 2. Curitiba: Juruá, 2007a.

FISCHER, T. (orgs.) *Handbook de Estudos Organizacionais: Modelos de análise e novas questões em Estudos Organizacionais*. São Paulo: Atlas, 1999, v. 1, p. 227-266.

FROMM, E. *A Arte de amar* (Trad. Milton Amado). São Paulo: Martins Fontes, 2000. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/11041220/a-arte-de-amar-erich-fromm>>, acessado em 31 de maio de 2008.

GUERREIRO RAMOS, A. *Administração e contexto brasileiro: esboço de uma teoria geral da administração*. Rio de Janeiro; Editora FGV, 1983.

_____. *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1989.

MARCUSE, H. *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*. 5ª. Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

PAES DE PAULA, A. P. *Teoria Crítica nas organizações*. São Paulo: Thomson Learning, 2008.

_____. “O que o Handbook não diz”: Novas Considerações sobre Teoria Crítica e Abordagens Pós-modernas para Estudos Organizacionais. *XXXIII Encontro da Anpad*, São Paulo, 2009.

REED, M. Teorização Organizacional: um campo historicamente contestado. *In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORDY, W.; CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T. (orgs.) Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, v.1, p. 61-98, 1999.

TENORIO, F. G. *Flexibilização Organizacional: Mito ou realidade?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

_____. A modernidade e a pós-modernidade servidas em dois jantares. *CADERNOS EBAPE. BR*, v. 7, nº3, artigo 5, Rio de Janeiro, Set. 2009.